

Valorização das pensões, uma questão de justiça social

Berta Alves, Carlos Costa, Deolinda Martin, Jaime Mestre, Joaquim Chagas, Luis Filipe Castro, Maria Isabel Ventura, Rui Távora

O direito à reforma é uma conquista das e dos trabalhadores que, enquadrado no sistema público de proteção social, devia ter como função social garantir o acesso a um rendimento que substitui o salário mantendo o seu nível de vida e, nos casos de pensões muito baixas, garantir uma proteção contra a pobreza.

O debate sobre a (in)sustentabilidade do sistema público da Segurança Social tem sido marcado pelas ideias neoliberais, veiculadas pelos organismos internacionais, enfatizando a ideia de que o envelhecimento da população, a longevidade e a inversão da pirâmide etária são um problema, uma despesa, uma causa de défice orçamental. Os governos PS e PSD aprovaram reformas que, na sua maioria, têm tido o efeito de diminuir os rendimentos das e dos pensionistas (alterações nas regras de cálculo das pensões, fator de sustentabilidade e indexação das prestações mínimas ao IAS) e, por outro lado, de aumentar a idade de acesso à reforma.

Vários autores têm alertado para a transformação da despesa social, em especial das pensões de velhice, “numa variável de ajustamento orçamental”, diminuem-se para melhorar os saldos da Segurança Social e assim diminuir o défice público.

Qual tem sido a atuação do atual governo PS?

1º Relança o debate sobre a sustentabilidade da Segurança Social, apesar da estabilidade do sistema patente nos relatórios oficiais. Cria uma Comissão (Disp. n.º 9126/2022 de 19.07), cujo objetivo “consiste na realização de um livro verde para a sustentabilidade do sistema previdencial, em concreto no que respeita à vertente das pensões” e ao seu quadro legal.

2º Não espera pela publicação do relatório da Comissão e suspende a Lei 53-B/ 2006 para evitar a atualização das pensões de acordo com a inflação e o crescimento do PIB, o que levaria a aumentos na ordem dos 8%, e usa o artifício da antecipação do pagamento de meia pensão em 2022 para diminuir os aumentos das pensões para 2023, situados entre os 4,43% e 3,53 %, e a base remuneratória que servirá para calcular os aumentos nos anos seguintes.

3º Coloca a atualização futura das pensões, logo para 2024, na incerteza. Nesta incerteza já há uma certeza que é o governo PS pretender uma proposta da Comissão de “revisão da fórmula de atualização das pensões” que seja “menos sensível a picos de inflação” (Público, 15.03.2023).

Este emaranhado prenuncia uma vontade e intenção de fazerem novos cortes nas pensões de reforma e invalidez, medidas que a serem executadas ferirão um dos eixos essenciais à prevalência de um sistema público de Segurança Social: a confiança.

Minada a confiança que os cidadãos e as cidadãs devem ter na Segurança Social, quebra-se a corrente de solidariedade intergeracional que permite que o país tenha resposta pública nas situações de necessidade de amparo: na doença, no desemprego, no apoio à maternidade e paternidade, na morte.

Está muito em jogo, demasiado! Subscrevemos quem afirma que sem políticas fomentadoras de salários dignos, de pleno emprego, em que a negociação coletiva é respeitada, é hipócrita afirmar irresponsavelmente que a Segurança Social está à beira da rutura, porque ela depende essencialmente das contribuições de quem trabalha e é a esta massa popular que têm de ser garantidas as condições para que a suas contribuições regulares contribuam para a resposta social que se deseja! É tanto mais hipócrita, quando se opta politicamente, pelo alargamento do vínculo de precariedade como estrutura central em tantas áreas profissionais, condenando as e os jovens a um futuro, sucessivamente adiado, deprimindo, por falta de condições objetivas, a nossa já baixa taxa de natalidade.

Nesta XIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda, convocamos-vos solidariamente para, juntos e juntas, em unidade, enfrentarmos estes desafios: combate à precarização dos salários e das pensões! Sim, porque a intermitência dos descontos, consequência imediata da precariedade, resultará também em pensões precárias, se não virarmos isto tudo do avesso!

O Bloco de Esquerda estará na vanguarda da luta para a defender, porque esta resposta é no campo da esquerda que é defendida, pois só existe enquanto resposta coletiva contra todos os ímpetos de a tornar individual.

Não aceitamos mais cortes nas nossas pensões e reformas!

Defendemos o cumprimento da Lei nº 53 -B de 2006 para a atualização das pensões para o ano de 2023 e seguintes e, como forma de correcção à política injusta do governo PS, a integração do adiantamento da meia pensão paga em 2022 na remuneração base que servirá de cálculo para futuras atualizações.

Exigiremos respeito, pois contribuímos com a nossa força de trabalho toda uma vida, construámos o direito a merecermos uma velhice digna e que nos esteja garantida segurança que nos proteja da lógica do mercado.

A Segurança Social é um dos pilares de abril, pode e deve ser melhorada, defendê-la, defender a sua estabilidade, é defender uma vida boa para todos e todas ao longo da vida.

Em DEBATES #2 CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA XIII CONVENÇÃO, pp. 53-54